

Os Índios na História: avanços e desafios das abordagens Interdisciplinares – a contribuição de John Monteiro*

Maria Regina Celestino de Almeida**

Resumo

O artigo vai focar a importância das abordagens interdisciplinares (histórico-antropológicas) para a compreensão mais ampla e complexa sobre a presença e atuação dos índios na história, a partir da minha própria experiência de pesquisa sobre os índios e aldeias no Rio de Janeiro. O objetivo é refletir sobre os avanços e desafios da produção do conhecimento nessa linha interdisciplinar, destacando a contribuição fundamental de John Manuel Monteiro.

Palavras-chave: Abordagens interdisciplinares. História indígena. Identidades Étnicas.

Abstract

This paper focus on the importance of (historical-anthropological) interdisciplinary approaches to reach a broader and more complex understanding of Indians' presence and agency in History from my own research experience on Indians and native villages in Rio de Janeiro. The purpose is to analyze the progress and the challenges of knowledge production inside this interdisciplinary line while highlighting John Manuel Monteiro's fundamental contribution.

Keywords: Interdisciplinary Approaches. Indian's History. Ethnic Identities.

*Agradeço ao CNPq, pelo apoio à pesquisa através da bolsa de produtividade PQ, e a Larissa Viana, pela leitura e sugestões ao texto.

** Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP, 2000); Professora Associada do Departamento de História/UFF. E-mail: reginacelestino@uol.com.br.

Os diálogos crescentes entre História e Antropologia e os pressupostos teóricos e conceituais daí resultantes para se pensar sobre relações de contato entre povos cultural e etnicamente diversos têm se intensificado significativamente, desde as últimas décadas, com grandes benefícios para os dois campos de estudo. John Manuel Monteiro incentivou intensamente esses diálogos e notabilizou-se pela inestimável contribuição de sua obra (incluindo pesquisa e docência) para os estudos históricos sobre os índios no Brasil. Este artigo vai focar a importância dessas análises interdisciplinares para a compreensão mais ampla e complexa sobre a presença e atuação dos índios na história, a partir da minha própria experiência de pesquisa sobre os índios e aldeias no Rio de Janeiro. O objetivo é refletir sobre os avanços e desafios da produção do conhecimento nessa linha interdisciplinar, destacando a contribuição fundamental de John Manuel Monteiro (1994a; 1994b; 2001).

Os diálogos interdisciplinares e os índios na história – a contribuição de John Monteiro

Em meados de 90, quando decidi fazer o doutorado, abordando os povos indígenas inseridos na sociedade colonial do Rio de Janeiro, os estudos históricos sobre os índios no Brasil eram realizados, basicamente, por antropólogos, incluindo alguns historiadores. Dentre eles, John Manuel Monteiro. Já então, renomado historiador e especialista em história dos índios coloniais em São Paulo, John participou intensamente dos vários projetos coletivos que vinham propiciando novas compreensões sobre os povos indígenas em situações de contato (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; SILVA; GRUPIONI, 1995; SALOMON; SCHWARTZ, 1999).

Sua tese de doutorado publicada no Brasil com o título de *Negros da Terra – Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo* (MONTEIRO, 1994a) tornou-se um marco na historiografia brasileira. Ao analisar o processo histórico de formação da sociedade colonial da capitania de São Paulo, inseriu os índios como agentes históricos que atuavam movidos por seus próprios

interesses relacionados à dinâmica de suas sociedades, mas continuamente modificados pela experiência do contato. Com isso, evidenciou como a conquista e a colonização do território português na América dependiam do protagonismo indígena. No mesmo ano, publicou o *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo nos Arquivos Brasileiros* (MONTEIRO, 1994b), instrumento essencial para o desenvolvimento das pesquisas sobre os índios no Brasil.

Além de historiador especialista em *índios coloniais*, John tornou-se também antropólogo. Desde 1994, passou a integrar o quadro de professores do Departamento de Antropologia da UNICAMP, onde defendeu sua tese de livre docência (MONTEIRO, 2001) e desenvolveu, até março de 2013, valioso trabalho de formação de quadros nessa linha de pesquisa interdisciplinar. Foi ali, na UNICAMP, que eu e muitos outros colegas tivemos a oportunidade de desenvolver nossas pesquisas sob sua orientação lúcida, segura e estimulante.

Historiadora de formação e interessada em estudar os índios em contato com a sociedade colonial do Rio de Janeiro, como sujeitos históricos, havia encontrado o orientador ideal. Porém, não à toa, ele estava lotado no Departamento de Antropologia, trabalhando na interface das duas disciplinas, na área de *Sociedades Indígenas: Etnologia, História e Política*, na qual ingressei. A escolha não poderia ter sido mais acertada, e tive o privilégio de contar com a orientação de John para muito além do tempo do doutorado.

O olhar antropológico sobre fontes históricas e a historicização de alguns conceitos básicos para a análise das relações de alteridade são imprescindíveis para pensar os índios como sujeitos, cujas atuações devem ser levadas em conta para a compreensão dos processos históricos nos quais eles se inserem. Cultura e etnicidade, por exemplo, vistas como produtos históricos que continuamente se constroem nas dinâmicas das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos (THOMPSON, 1981; MINTZ, 2010) permitem novas compreensões sobre a trajetória de povos que, por muito tempo, foram vistos como misturados ou desaparecidos (BARTH, 2000; HILL, 1996; BOCCARA, 2001). Inúmeras

pesquisas interdisciplinares estão dando visibilidade a vários povos antes considerados extintos ou vítimas passivas de violentos processos de conquista e colonização. Muitos deles ressurgem, hoje, como sujeitos históricos cuja atuação contribuiu para a formação e o desenvolvimento das sociedades coloniais e pós-coloniais do Brasil (MONTEIRO, 2001; PACHECO DE OLIVEIRA, 1999; CARNEIRO DA CUNHA, 1992).

A partir dessa perspectiva, páginas inteiras da nossa história deverão ser reescritas, afirmava John Monteiro (1995), em meados dos anos 90, conclamando os historiadores a assumirem esse desafio. Quase 20 anos depois, podemos dizer que o apelo caiu em terreno fértil. Seu site *Os Índios na História*¹ evidencia o avanço das pesquisas histórico-antropológicas sobre os índios no Brasil e a lenta, porém progressiva, conquista de espaço do tema em nossa historiografia. Reafirmo, portanto, a importância do diálogo entre antropólogos e historiadores para os estudos históricos sobre os índios e o papel fundamental de John Monteiro no estreitamento desse diálogo. Seu desempenho foi tão fundamental que não seria exagero falar de uma *história indígena* – ou da *história dos índios e dos índios na história* do Brasil, antes e depois de John Monteiro.

Índios e Aldeias do Rio de Janeiro em perspectiva histórico-antropológica

Ao estudar o processo de inserção dos povos indígenas na sociedade colonial do Rio de Janeiro, tinha como objetivo entendê-los como sujeitos históricos e analisar suas relações com os não índios a partir de suas próprias motivações e interesses, procurando identificar os diferentes significados de suas ações e comportamentos nos processos de conquista e colonização da capitania. O curso realizado na Antropologia, sob a orientação de um historiador, também antropólogo, que circulava com apreciável habilidade entre os dois campos de conhecimento, foi fundamental para o desenvolvimento do tema. Embora a pesquisa seja basicamente histórica,

¹ MONTEIRO, John. Site *Os Índios na História*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>

estabelece um intenso diálogo com a Antropologia, sem o qual eu não teria atentado para questões essenciais que deram rumo à pesquisa.

A leitura dos antropólogos e os ricos debates com professores e colegas nos cursos e grupos de pesquisa da UNICAMP descortinaram novas problemáticas para pensar sobre o meu objeto, tanto do ponto de vista teórico-metodológico e conceitual, quanto empírico². Estudos de casos concretos em tempos e espaços diversos revelaram os diversos caminhos percorridos e as mais variadas estratégias desenvolvidas por diferentes povos indígenas do Brasil e da América, para fazer frente aos desafios que vivenciavam (HILL, 1992, 1988; STERN, 1992). Duas coletâneas coordenadas por Jonathan Hill deram contribuição fundamental para essa temática: *Rethinking Mithand History* (1988) e *History, Power and Identity* (1996). Através de vários estudos de casos, os autores revelam os diferentes caminhos que vários povos indígenas do mundo andino e amazônico encontraram para lidar com as mudanças pelas quais passavam. As diversas situações de contato demonstram a extraordinária capacidade desses povos para reformularem seus mitos, histórias, tradições e identidades, em geral, para dar conta de situações do presente que os desafiavam.

Vale ressaltar a importância da interlocução com os colegas de curso da UNICAMP, prática bastante valorizada por John, que estimulava a presença de seus alunos nos exames de defesa e qualificação uns dos outros³. O exame de qualificação de doutorado de Isabelle Silva (1998), no qual foram discutidas e complexificadas questões sobre a reelaboração de identidades e culturas indígenas nas aldeias do Nordeste, me apontou caminhos para pensar acerca da reconstrução das identidades indígenas nas aldeias do Rio de Janeiro.

Se eu havia encontrado documentos que me permitiam perceber que os índios se tornaram súditos cristãos do Rei e agiam como agentes históricos, reivindicando direitos que lhes haviam sido concedidos pela Coroa Portuguesa, a ideia de pensar esse movimento como um processo

² Os cursos de John Monteiro, Robin Wright e Sílvia Lara foram particularmente enriquecedores por terem priorizado discussões na linha da antropologia histórica e da história antropológica.

³ Cristina Pompa (2003) e Isabelle Silva (2005), antropólogas que também estudavam os índios no período colonial foram e ainda são interlocutoras preciosas.

de rearticulação identitária se apresentou a partir dos atuais pressupostos teóricos da Antropologia e dos estudos de caso sobre o tema de rearticulação identitária (BARTH, 2000; PACHECO DE OLIVEIRA, 1999; BOCCARA, 2001).

Fundamental para o amadurecimento dessas questões foi a participação, como ouvinte, no curso de Hebe Mattos (1993, 2000) e Mariza Soares (2000), colegas historiadoras da UFF que trabalhavam o tema relacionado aos africanos e afrodescendentes no Brasil. Convém destacar, portanto, a importância das abordagens comparativas não apenas com estudos sobre os índios na América espanhola, mas também sobre africanos e afrodescendentes. São temas que, além de compartilharem problemáticas teórico-metodológicas e conceituais análogas às que presidem as pesquisas sobre os índios na história do Brasil, têm sido muito mais amplamente estudados e dispõem de fontes mais informativas e abundantes. Trata-se de comparação também incentivada por John Monteiro que, além de incluir, na bibliografia de seus cursos, pesquisas sobre africanos e afrodescendentes, mantinha contínuo e intenso diálogo com seus colegas especialistas em história da escravidão, sobretudo com os da linha de pesquisa em História Social da Cultura da UNICAMP. Para ele, os estudos sobre afro-brasileiros e indígenas deviam caminhar juntos, de forma a superar a ideia equivocada de segregação entre suas histórias (MONTEIRO, 2007).

Outra fonte de inspiração importante para refletir sobre os índios que se misturavam nas aldeias do Rio de Janeiro parte dos estudos sobre etnogênese no Brasil contemporâneo. Guardadas as devidas proporções para se evitar anacronismos, é possível encontrar situações semelhantes nas problemáticas vivenciadas entre os povos indígenas atuais e alguns do século XIX, ou de meados do século XVIII, sobretudo no que se refere às questões de disputas por terras das aldeias, identidades e classificações étnicas. Nesse sentido, cabe destacar o trabalho do antropólogo João Pacheco de Oliveira (1999) sobre os *índios misturados* do Nordeste brasileiro. O livro *A Viagem da Volta*, por ele organizado, reúne vários artigos resultantes de teses e dissertações de mestrado que, em abordagens histórico-antropológicas, analisam as trajetórias de diferentes grupos, revelando suas

reelaboraões identitárias e culturais em processos históricos definidos. Eles revelam diferentes trajetórias de povos que passaram por experiências diversas de deslocamentos, conflitos, negociações, desaparecimentos e reaparecimentos, enquanto categoria indígena. Fundamental para minha pesquisa foi constatar que alguns desses grupos buscam suas origens nos aldeamentos missionários do século XVIII, o que reforça a hipótese central de minha tese de que as aldeias funcionaram como espaço possível de recriação de identidades étnicas de vários grupos ali reunidos.

A Antropologia Histórica e a História Antropológica com seus mais recentes pressupostos teórico-conceituais para o estudo das relações de contato foram, portanto, fundamentais para o meu trabalho. A partir desses pressupostos, pude perceber, afirmar e demonstrar que os índios de diferentes etnias, inseridos nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro, ao invés de terem desaparecido, como costumava ser sugerido pela historiografia, reformularam identidades e culturas, mantendo-se na condição de índios aldeados até o século XIX (ALMEIDA, 2003). Assim, foi possível entender a chamada “aculturação” nas aldeias como um longo processo de mudanças culturais através do qual diferentes grupos indígenas compartilhavam novas experiências com inúmeros outros grupos étnicos e sociais e rearticulavam suas culturas, histórias e identidades. Se, desde os anos 70, o conceito de aculturação já vinha sendo questionado e ampliado, com a importante contribuição de Wachtel (1988), as tendências atuais tendem a privilegiar as ideias de apropriação e ressignificação cultural, sem dúvida, mais adequadas para dar conta da ideia de cultura dinâmica continuamente transformada pela experiência do contato.

Essas ideias me permitiram observar o complexo processo de ressocialização nas aldeias que deu aos índios, além dos prejuízos, a oportunidade de aprender novas práticas culturais e políticas habilmente manejadas em busca de seus interesses que continuamente se alteravam. Sem desprezar a violência do contato, as várias etnias desaparecidas, e sem perder de vista a situação de subalternos em que os índios se colocavam na nova ordem social em formação, a pesquisa enfatizou o papel das aldeias como

espaço que, além de cristão e português, foi também dos índios, no qual se tornou possível a recriação de suas identidades (ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 1999). As evidências empíricas permitem afirmar que os povos indígenas ali reunidos foram capazes de rearticularam-se social e culturalmente, entre si e com outros grupos, assumindo a nova identidade que lhes havia sido dada ou imposta pelos colonizadores: a de índios aldeados, súditos cristãos de Sua Majestade. Nessa condição, identificavam-se e eram identificados até o início do século XIX, quando ainda lutavam para garantir o mínimo de direitos que a legislação lhes permitia (ALMEIDA, 2003).

A partir das conclusões deste trabalho, dei continuidade às investigações sobre índios e aldeias no Rio de Janeiro, com o objetivo de estudar o processo de extinção das aldeias coloniais, de meados do século XVIII ao XIX (ALMEIDA, 2007). A documentação consultada evidenciou as inúmeras contradições presentes em diferentes tipos de fontes quanto à classificação dos índios das aldeias nas categorias de índios e de mestiços, desde a segunda metade do século XVIII e, principalmente, no decorrer do XIX. Isso apontou para a necessidade de aprofundar a discussão sobre etnicidade e política, relacionadas às disputas por terras nas aldeias, mantendo a perspectiva interdisciplinar e comparativa.

Fundamentais para essa discussão foram os inúmeros trabalhos de antropólogos sobre temas contemporâneos que me ajudaram a pensar sobre os possíveis significados das classificações étnicas e das atuações dos índios na sociedade do Rio de Janeiro oitocentista (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999a; 1999b). Foi essencial problematizar as informações contidas nas fontes a respeito das identidades indígenas e das classificações étnicas. Essas contradições foram analisadas à luz das atuais tendências interdisciplinares que apontam para a ideia de identidades plurais e para a percepção de que as categorias étnicas são historicamente construídas e adquirem significados distintos conforme os tempos, os espaços e os agentes sociais em contato (GRUZINSKI, 2001; BOCCARA, 2001; DE JONG; RODRÍGUEZ, 2005; CADENA, 2005; WADE, 2005; MATTOS, 2000; VIANA, 2007). Mais uma vez, os estudos sobre os índios nos países vizinhos e sobre os africanos e afrodescendentes no

Brasil apontaram caminhos de investigação e possibilidades interpretativas. Para o caso de análise sobre relações interétnicas, mestiçagens e classificações étnicas, por exemplo, a pesquisa com fontes paroquiais (batismo, casamentos, óbitos) e cartoriais (inventários, testamentos, escrituras de compra e venda) são extremamente ricas e já bastante exploradas na historiografia da escravidão e em estudos sobre os índios nas sociedades hispano-americanas (POLONI-SIMARD, 2006; RODRÍGUEZ, 2006). Menos exploradas em pesquisas históricas sobre os índios no Brasil, essas fontes já estão evidenciando os casamentos interétnicos entre índios das aldeias, africanos escravos e livres, brancos, mestiços etc. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2012; GOLDISCHMIDT, 2004; PAIVA, 2010).

Ampliar essas pesquisas bem como o diálogo com os pesquisadores sobre os africanos e seus descendentes no Brasil é um importante passo para avançar nas análises sobre processos de mestiçagem e relações interétnicas, tanto do ponto de vista teórico-metodológico quanto empírico. Afinal, africanos, indígenas e seus descendentes misturaram-se bastante nas aldeias, fazendas, quilombos, sertões e cidades, como informam alguns estudos recentes (SCHWARTZ).

Essas questões somadas aos estudos de caso sobre processos de extinção de aldeias e conflitos agrários no Brasil (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; SILVA, 1996; SILVA, 2005) e na América (LIRA, 1993; MALLON, 1995; OHMSTEDE, 2007) contribuíram significativamente para minhas reflexões sobre disputas e ações políticas dos índios no Rio de Janeiro oitocentista. A documentação analisada aponta para a força política dessas classificações étnicas nos conflitos por terra das aldeias. Ser índio, com certeza, assegurava direitos sobre as terras das aldeias e a afirmação ou negação dessa identidade foi instrumento de luta tanto dos índios quanto dos não índios. As controvérsias sobre a classificação das populações indígenas nas categorias de índios ou mestiços foram vistas, pois, como disputas políticas e sociais, conforme ressaltou Boccara (2001).

Tal como ocorreu em outras regiões do Brasil, o processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro envolveu disputas e controvérsias sobre classificações étnicas. A troca de correspondência entre autoridades de diferentes instâncias e os documentos sobre conflitos agrários e petições indígenas apontam para o interesse de políticos e moradores não índios em afirmar a condição de mistura e desaparecimento dos aldeados para justificar legalmente a extinção das aldeias, conforme a política indigenista do oitocentos (CARNEIRO DA CUNHA, 1992; ALMEIDA, 2007; SILVA, 1996). Porém, convém complexificar a questão. Se, de modo geral, a documentação parece indicar uma nítida distinção de interesses e campos de luta entre índios e não índios, houve situações em que eles se aliaram. Vale lembrar as intensas relações interétnicas entre os aldeados e os demais grupos étnicos e sociais da capitania e depois província do Rio de Janeiro. Afinal, o processo de rearticulação de suas identidades nas aldeias deu-se através de intenso processo de mestiçagem social, cultural e biológica. Um olhar mais estreito sobre os atores me permitiu perceber situações em que índios e moradores se associaram em defesa de interesses comuns, ainda que temporários (ALMEIDA, 2010). Cabe, pois, ultrapassar a ideia de pensar os grupos sociais como blocos monolíticos, agindo de forma unívoca em conformidade com papéis e lugares étnicos e/ou sociais a eles atribuídos. O enfoque mais direto sobre os atores, suas experiências e redes de relação evidencia suas múltiplas formas de ação e interação continuamente alteradas entre acordos e conflitos. Passar dos sujeitos coletivos, isto é, das aldeias e índios, vistos de forma mais ou menos genérica, para o estudo de casos e agentes específicos é essencial para avançar nas análises sobre relações interétnicas e mestiçagens e sobre as variadas estratégias e atuações políticas dos indígenas. Essas estratégias e atuações devem ser analisadas de forma a levar em conta os diferentes significados que podem comportar para grupos cultural, social e etnicamente distintos (MINTZ, 2010).

Sobre isso vale ressaltar a importância do conceito de cultura política que vem sendo amplamente utilizado por historiadores para refletir sobre relações de poder (GOMES, A. ,2005). Os fatores subjetivos e culturais

nas práticas políticas desenvolvidas pelos atores têm sido valorizados e identificados através de análises interdisciplinares que evidenciam as culturas políticas de grupos subalternos construídas nas relações de conflitos e acordos com os demais agentes com os quais interagem. As atuações políticas de atores individuais e coletivos são entendidas, segundo seus próprios códigos culturais, privilegiando-se suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências e suas sensibilidades (BERNSTEIN, 1998). Nessa perspectiva, pode perceber que os povos indígenas do Rio de Janeiro, “aculturados” e “dominados”, não se anularam enquanto agentes históricos e políticos. Inseriram-se nas sociedades coloniais e pós-coloniais, misturaram-se com diversos grupos étnicos e sociais e incorporaram novas práticas culturais e políticas que souberam utilizar para amenizar perdas ou obter possíveis ganhos. Pesquisas em diferentes tempos e espaços na América revelam como índios assumiram, grosso modo, as culturas políticas do Antigo Regime e dos novos estados nacionais latino-americanos (MALLON, 1995; SERULNIKOV, 2012). Perderam muito, não resta dúvida, mas nem por isso deixaram de se inserir em novas ordens político-sociais, valendo-se de suas regras e códigos para alcançar seus próprios objetivos continuamente modificados pela dinâmica de suas relações.

As questões aqui apontadas sobre índios e aldeias no Rio de Janeiro foram formuladas e analisadas com base em abordagens histórico-antropológicas, evidenciando sua importância para a produção do conhecimento sobre povos indígenas em situações de contato. No entanto, apesar dos avanços, o exercício interdisciplinar inclui alguns desafios, sobre os quais cabem algumas reflexões.

Desafios da abordagem interdisciplinar

Nas últimas décadas, a interlocução entre historiadores e antropólogos para os estudos dos índios em situações de contato tem se intensificado ao ponto de tornar, por vezes, quase imperceptível a fronteira entre seus trabalhos. No entanto, são profissionais com formações teórico-

metodológicas próprias às suas disciplinas, e na difícil tarefa de conjugá-las enfrentam desafios. Seria possível identificar diferenças entre as abordagens de historiadores e antropólogos na produção do conhecimento sobre os povos indígenas envolvidos em processos históricos?

Ainda que dialoguem bastante e tenham pressupostos teóricos e conceituais comuns para estudar os índios em situações de contato, podem-se notar diferenças em suas abordagens, principalmente quanto ao foco de suas análises. Sobre isso, vale recordar as diferenças observadas por John Monteiro (2005, 2011) entre a história dos índios e os índios na história. Diferenças que, segundo ele, refletem abordagens distintas nos dois campos de estudo: enquanto a história dos índios desperta mais o interesse dos antropólogos, com ênfase na visão dos próprios índios sobre suas trajetórias; os historiadores voltam-se, preferencialmente, para os índios na história, preocupando-se mais em incluí-los como agentes nos processos históricos em que se inserem para uma compreensão mais ampla e complexa sobre esses mesmos processos. Os acadêmicos indígenas, em número cada vez maior, somam-se aos antropólogos, privilegiando o enfoque sobre suas próprias compreensões a respeito de suas trajetórias em contato com as sociedades envolventes.

Não obstante, é evidente que uma abordagem não exclui a outra. John constatou essas diferenças a partir de sua própria experiência de formador de quadros nos dois campos de estudo e de coordenador de vários simpósios e grupos de trabalho que reuniam estudantes e profissionais da História e Antropologia. Formações e interesses diversos, sem dúvida, levam os pesquisadores a privilegiar um ou outro enfoque, porém a articulação entre eles deve ser estabelecida, como destacava Monteiro. Se essas tendências são um fato quanto aos focos de análise entre especialistas com formações diversas, é preciso ter claro que a história indígena não se dissocia da história colonial e da história do Brasil. Afinal, como observou Hill (1996), desde que os europeus chegaram à América, a história dos índios e a história colonial se entrelaçaram.

As trajetórias dos índios em contextos históricos e suas próprias compreensões sobre elas são essenciais para o estudo dos processos de formação das sociedades coloniais e pós-coloniais. Sem esse conhecimento, não é possível entender as variadas formas de relação dos índios com os diferentes agentes sociais com os quais se relacionavam e identificar os diversos interesses que os motivavam e se alteravam na dinâmica das interações. Por outro lado, contextos históricos definidos são fundamentais para se compreender as diferentes opções e escolhas dos povos indígenas em suas variadas relações de contato. Se suas ações são orientadas pela dinâmica de suas organizações socioculturais, elas se realizam em situações históricas específicas que os levam a agir de uma ou de outra forma, conforme as possibilidades que se lhes apresentam. Dessa forma, ainda que antropólogos e historiadores priorizem um ou outro aspecto, a saber, as trajetórias dos próprios índios ou os contextos históricos nos quais eles se inserem, o importante é estabelecer as devidas articulações entre eles para uma compreensão mais ampla e complexa do tema estudado.

Outras discussões complexas do ponto de vista teórico, metodológico e conceitual têm sido suscitadas no exercício interdisciplinar. No âmbito deste texto, vou abordar algumas problemáticas relevantes, já tratadas em artigos anteriores (ALMEIDA, 2012a; 2012b): o anacronismo resultante de comparações inadequadas; a justaposição de análises históricas e antropológicas e as controvérsias sobre o conceito de etno-história, incluindo a problemática da valorização do tema indígena na História do Brasil.

O método comparativo tão essencial, como visto, para o avanço dos estudos históricos sobre os índios requer alguns cuidados para não resultar em análises anacrônicas. É preciso evitar comparações inadequadas e injustificáveis, tanto entre temporalidades diversas quanto entre grupos indígenas cultural e etnicamente distintos e/ou distanciados no tempo. Afinal, os dados históricos e etnográficos se revestem de significados em contextos temporais e culturais específicos. Sua utilização para explicar situações semelhantes em contextos diversos pode ser extremamente rica,

como tem sido demonstrado por vários autores, porém requer cuidados especiais para se evitar apropriações indevidas. Deve-se lembrar, sobretudo, que as culturas, as etnicidades e os significados das ações humanas e dos objetos são dinâmicos, de forma que projeções de elementos ou situações sociais, históricas ou etnoculturais em tempos diversos devem levar em conta os processos de mudança.

Em relação às fontes escritas, convém lembrar que os registros sobre grupos sociais marginalizados, sobretudo sobre os povos ágrafos, são, grosso modo, produzidos por outros e, em geral, filtrados por concepções etnocêntricas, preconceituosas e equivocadas. Além disso, são datados, isto é, produzidos em contextos históricos específicos que influenciam as formas de compreensão dos agentes registradores. Cabe, portanto, ao investigador problematizar seus conteúdos e identificar diferentes significados que objetos, classificações étnicas, qualificações e comportamentos podem comportar para os diferentes agentes sociais, conforme tempos, espaços e dinâmicas de suas relações. Isso tem sido feito por vários pesquisadores que, lendo nas entrelinhas dos documentos, identificam contradições, questionam afirmativas e procuram entendê-las à luz dos mais recentes pressupostos teóricos da antropologia e dos contextos históricos nos quais os registros foram produzidos.

Outro desafio metodológico para os pesquisadores no exercício das abordagens interdisciplinares consiste em evitar análises de justaposição, no sentido de abordar separadamente elementos antropológicos e históricos sobre um mesmo tema em interpretações estanques que não se articulam. Essa prática pode ser observada, por vezes, nos próprios capítulos de uma obra, nos quais se distribuem, separadamente, os conteúdos tratados: a trajetória histórica dos povos antes considerados “sem história”; e, posteriormente, a análise de seus sistemas e aspectos culturais, em perspectiva sincrônica. Tais análises mantêm os pressupostos dualistas entre cultura/processo histórico; antropologia/história; abordagem sincrônica/abordagem diacrônica. Não configuram, absolutamente, uma pesquisa interdisciplinar, conforme as novas perspectivas teóricas da Antropologia e da História. Para tanto, conforme

assinalou Trigger, não basta simplesmente ter um conhecimento respeitável da metodologia e dos dados históricos e antropológicos, pois “...os etno-historiadores devem dominar ainda a arte de usar essas duas abordagens de forma integrada” (TRIGGER, 1982: 1-19).

É preciso pensar a história culturalmente e a cultura historicamente. Integrar as abordagens, como afirma o autor, num só movimento de análise, através do qual o historiador procura ler as fontes com um olhar antropológico, buscando os significados das ações dos agentes, a partir de suas próprias culturas; e o antropólogo procura entender as culturas dos povos com um olhar histórico entendendo-as como resultado de trajetórias e experiências vivenciadas por esses povos em contextos históricos definidos. Este tem sido o caminho seguido por muitas pesquisas atuais, que foi amplamente incentivado por John Monteiro em suas atividades de docência e orientação. Seus alunos antropólogos eram estimulados a trabalhar seus dados e desenvolver análises em contextos históricos definidos, e os historiadores a questionar suas fontes, levando em conta diversidades culturais e significados diversos, conforme os grupos analisados.

Finalmente, cabe tecer algumas considerações sobre uma das problemáticas apresentadas por Lorandi (2012) na introdução de um dossiê que organizou para estimular reflexões e debates sobre campos de estudo e fronteiras entre a etno-história, a história e a antropologia, incluindo, sobretudo, controvérsias a respeito do conceito de etno-história.

A definição tradicional de etno-história como reconstrução da história de um povo que previamente não tinha história escrita já não se sustenta diante das novas perspectivas teóricas e conceituais que fundamentam as pesquisas etno-históricas mais recentes. De acordo com Krech (1991), a etno-história não é novidade dos nossos dias, tendo sofrido, como a História e a Antropologia, um longo processo de transformação em termos teóricos e metodológicos desde o início deste século (KRECH, 1991; TRIGGER, 1982). A tendência inicial da disciplina que se limitava, para antropólogos e historiadores, ao uso de fontes documentais para falar do passado dos índios já foi devidamente ultrapassada (KRECH, 1991: 347). Os etno-historiadores

da atualidade, dentre os quais o próprio Krech, consideram essencial reconstruir as histórias dos povos estudados, levando em conta suas próprias compreensões sobre elas (KRECH, 1991: 349). Sider(1994: 115) afirma que etno-história nomeia uma luta constante dos povos para compreender e construir suas próprias histórias.

Outros autores também associam etno-história à ideia de conflito, dentre os quais Bechis (2010), segundo a qual o foco de análise da etno-história seriam as relações interétnicas conflitivas, que se dão em tempos específicos (BECHIS, 2010:21). A mesma perspectiva, observamos nas considerações de Boccara, para o qual etno-história se associa também à ideia de uma história de povos, cujas trajetórias se caracterizam por conflitos e violências. Observamos, então, que a atual noção de etno-história para vários antropólogos da atualidade aproxima-se da história indígena realizada mais pelos antropólogos, isto é, a história dos índios, visando privilegiar a compreensão dos próprios povos sobre suas trajetórias. Isso não significa, no entanto, ignorar os contextos históricos, nos quais esses conflitos ocorreram, como vários trabalhos evidenciam.

Essas concepções, resultantes do diálogo entre historiadores e antropólogos, descartam, pois, a ideia de considerar a etno-história como história dos povos sem história. Não obstante, suscitam outras questões sobre seus campos de estudo, cujas fronteiras vão se tornando cada vez mais fluidas. Do ponto de vista historiográfico, considero bastante relevante uma problemática apontada por Lorandi (2012) a respeito da compartimentalização dos estudos históricos sobre os índios no campo da etno-história. Interdisciplinar por excelência, a etno-história é, sem dúvida, um campo de convergência no qual atuam os historiadores da temática indígena, os antropólogos interessados em abordagens diacrônicas, linguistas, arqueólogos e outros profissionais de distintas formações que dialogam entre si, articulando seus aportes teórico-metodológicos para tratar dos índios em situações de contato, valorizando processos de mudança. Isso é evidente em simpósios e seminários nacionais e internacionais nos

quaisesses profissionais se reúnem, muitas vezes no âmbito de congressos maiores, para tratar da temática indígena.

Até que ponto, como coloca a autora, essa compartimentalização mantém a perspectiva preconceituosa de reservar aos índios um lugar à parte na história? A ideia de uma história específica para os índios retoma o antigo e preconceituoso conceito de pré-história? Estaríamos retomando a antiga fórmula: para os ocidentais, a história, para os índios (não mais a pré-história, ou a antropologia), mas a etno-história? Ou a Antropologia Histórica, como diz Lorandi (2012)? E ainda poderíamos acrescentar a história indígena, no âmbito maior da História? Essa questão já vem sendo colocada por outros autores, dentre os quais Maria Cristina Santos (2005), que levantou essa mesma problemática no Seminário de Estudos de Antropologia e História Ameríndia, ao qual John Monteiro deu importante contribuição. Nos anos 80, ao refletir sobre questões teórico-metodológicas da História, Antropologia e Etno-História, Trigger (1982) também abordou o problema, considerando, tal como Lorandi (2012) e Santos (2005), o preconceito embutido na noção de etno-história para o estudo dos índios em situação de contato. Porém, reconhecendo também as especificidades do tema, propunha considerar a etno-história não como disciplina, mas como método que serviria a várias disciplinas.

No caso do Brasil, onde até muito recentemente apenas os antropólogos estudavam os índios, essa questão me parece essencial. O número cada vez maior de historiadores voltados para a temática indígena, grosso modo, dialoga entre si ou com os antropólogos que trabalham em perspectiva histórica. Reunidos em simpósios específicos no âmbito de congressos nacionais e internacionais ou participando de coletâneas direcionadas especificamente para temas indígenas, atuamos, muitas vezes, de forma segregada, como um grupo de historiadores exóticos voltados para temas ainda considerados irrelevantes para muitos de nossos colegas.

Embora, nas últimas décadas, os estudos históricos sobre os índios no Brasil tenham se ampliado consideravelmente, ainda são poucos os historiadores que, voltados para outros temas, incluem os índios em suas

análises. A inclusão de capítulos sobre os índios em coletâneas sobre temas mais gerais da história do Brasil aponta para lentas mudanças no sentido de valorizar sua presença nos processos históricos. No entanto, a ideia de separação entre uma história indígena e outras histórias ainda se mantém e constitui, a meu ver, um desafio para os historiadores. Ainda que estes últimos se preocupem mais, como destacou John, em pensar os índios nos contextos históricos, suas pesquisas ainda despertam pouco interesse entre seus pares. São vistos, grosso modo, como um grupo à parte, que continua tendo maior diálogo com os antropólogos.

Diante disso, cabe perguntar se os estudos sobre os índios em contextos históricos envolvem realmente tanta especificidade que devam ser incluídos em um campo de atividades acadêmicas próprio. Retomando a questão colocada por Lorandi, cabe perguntar se essa especificidade é realmente necessária. Devem os índios estar em um campo de atividades acadêmicas próprio? Seria esse campo um espaço interdisciplinar de historiadores e antropólogos, incluindo outros especialistas? Existe uma antropologia e uma história próprias para os índios?

No caso da história, me parece que sim, e ela se aproxima bastante da história dos escravos africanos e de seus descendentes que também tem sido revisada a partir das abordagens interdisciplinares. Afinal, além de estarmos lidando com povos originalmente sem escrita, são povos que foram incorporados às sociedades americanas em condições subalternas e de extrema violência. Sociedades nas quais as fontes históricas não foram, grosso modo, por eles produzidas e as quais os tratavam de forma preconceituosa. Esses fatores somados aos antigos pressupostos reducionistas e também preconceituosos da História e da Antropologia, em um tempo no qual elas não dialogavam, contribuíram para alijá-los da condição de sujeitos históricos, por longo tempo. Não resta dúvida, portanto, de que os estudos sobre os índios em situações de contato exigem abordagens teórico-metodológicas específicas, que incluem a interdisciplinaridade.

Isso, no entanto, não nos obriga a constituir um campo à parte. Nesse sentido, estou de acordo com Trigger (1982) em considerar a etno-história

como uma metodologia e não como uma disciplina. Acredito que o papel dos historiadores é realmente procurar pensar os povos e indivíduos indígenas em processos históricos mais amplos, procurando evidenciar como sua atuação contribui para delinear seus rumos. Afinal, como afirmou Hill (1996), a história dos índios na América se entrelaçou com a história dos europeus desde o momento em que eles ali chegaram. Assim, elas não devem ser estudadas de forma separada, nem tampouco em oposição uma à outra. Reafirmo, portanto, a importância do diálogo crescente entre historiadores e antropólogos que articulam informações e interpretações produzidas pelas duas disciplinas, analisando-as em contextos históricos e valorizando a ação e compreensão que os próprios povos ou indivíduos estudados têm sobre suas ações, trajetórias e relações. Questionar e interpretar documentos históricos com indagações etnológicas; analisar culturas de diferentes povos procurando entendê-las em contextos históricos definidos e articulados às relações sociais e interétnicas por eles estabelecidas são práticas essenciais para o avanço dos estudos históricos sobre os índios.

Considerações Finais

As abordagens histórico-antropológicas foram fundamentais para o meu trabalho e para o de vários outros colegas que vão, aos poucos, contribuindo para repensar não só a história indígena, mas também as várias histórias regionais e, de forma mais ampla a história colonial e a história do Brasil. John Manuel Monteiro deu contribuição inestimável a essas pesquisas não só pela excelência de sua própria produção intelectual como também pela formação de quadros nessa linha interdisciplinar. Estreitar esse diálogo, reconhecendo os desafios e as dificuldades da prática interdisciplinar, parece-me essencial para o avanço da história indígena, tanto em sua vertente dos índios na história quanto da história dos índios. Articulá-las é um desafio para historiadores e antropólogos. Apesar das dificuldades, os avanços têm sido significativos e, como anunciara John Monteiro (1995), os povos indígenas vão conquistando um novo lugar da História do Brasil que, lentamente, vem sendo reescrita.

Bibliografia

ALMEIDA, M. Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

_____. *Política Indigenista e Etnicidade: estratégias indígenas no processo de extinção das aldeias do Rio de Janeiro -século XIX*. Anuariodel IEHS, Tandil, Suplemento 1, p. 219-233, 2007.

_____. *Índios e Mestiços no Rio de Janeiro: significados plurais e cambiantes*. Memoria Americana. Buenos Aires, v.16, p.19-40, 2008.

_____. “Quando é preciso ser índio: identidade étnica como força política nas aldeias do Rio de Janeiro. In: AARÃO Reis, Daniel; MATTOS, Hebe Maria; PACHECO de OLIVEIRA, João, SOUZA, Luís Edmundo de; RIDENTI, Marcelo. *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 29-46.

_____. *Historia y Antropología: algunas reflexiones sobre abordajes interdisciplinarios*. Memoria Americana. Buenos Aires, v. 20, p. 11-127, 2012.

AMANTINO, Márcia. *O Mundo das Feras*. Os moradores dos sertões oeste de Minas Gerais- Século XVIII. São Paulo, Annablume, 2008.

BARTH, Frederick. “Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras In: _____. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 25-67.

BECHIS, Martha A. *Piezas de Etnohistoria y de Antropología Histórica*. Buenos Aires. Sociedad Argentina de Antropología, 2010.

BERNSTEIN, Serge. “A Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (dir). *Para uma, história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p.349-363.

BOCCARA, Guillaume. *Mundos Nuevos em las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación Y Mestizaje en Tiempos de Globalización*. Mundo Nuevo Nuevos Mundos, revista eletrônica, Paris (www.ehess.fr/cerma.Revuedebates.htm. 2001)

CADENA, Marisol de la. *Are Mestizos Hybrids? The Conceptual Politics of Andean Identities*. *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, v. 37, p. 259-284, 2005.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela(org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. “Política Indigenista no Século XIX”. In: _____ (coord.), *História dos Índios no Brasil, op.cit.* 1992, p. 133-154.

CARVALHO, Marcus J. M. de. *A Mata Atlântica: sertões de Pernambuco e Alagoas, sécs. XVII-XIX*. *Clio*. Recife, n. 25-2, 2007, p. 249-266.

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. “Esclavage et stratégies matrimoniales à Rio de Janeiro au début du XVIIIe siècle”. In: MATTOS, Hebe; COTIAS, Myriam. *Esclavage, Subjectivités*. Rio de Janeiro-Paris. Prelo.

DE JONG, Ingrid; RODRÍGUEZ, Lorena. “Introducción”. *Memoria Americana*. Buenos Aires, n. 13, p. 7-19, 2005.

GOLDISCHMIDT, Eliane M. R. *Casamentos Mistos: liberdade e escravidão em São Paulo colonial*. São Paulo, Annablume, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. “História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões”. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, M. Fernanda; GOUVÊA, M. de Fátima S. (coord). *Culturas Políticas – ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 21-44.

GOMES, Flavio. *A hydra e os pântanos*. Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX), São Paulo: UNESP, 2005.

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento Mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HILL, Jonathan (org.). *History, Power and Identity – ethnogenesis in the Americas, 1942-1992*. Iowa City, University of Iowa Press, 1996.

_____. (org.) *Rethinking History and Myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

KARASCH, Mary. “Catequese e cativo: Política indigenista em Goiás, 1780-1889”. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos Índios no Brasil, op. cit.*, 1992. p. 397-412.

KRECH, Shepard. *The State of Ethnohistory*. *Annual Review of Anthropology*, vol. 20, p. 345-375, 1991.

LIRA, Andrés. *Comunidades indígenas frente a la ciudad de México*. México, El Colegio de México, El Colegio de Michoacan, 1983.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e fala*. Sentidos da Mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

LORANDI, Ana María. *Etnohistoria, Antropología Histórica o simplemente Historia?* Memoria Americana. Buenos Aires, v. 20, p. 17-34, 2012.

MALLON, Florencia E. *Peasant and nation: the making of postcolonial México and Peru*. California, University of California Press, 1995.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio – Os Significados da Liberdade no Sudeste Escravista – Brasil Sé. XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

_____. MATTOS, Hebe. *Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

MINTZ, Sidney W. *Cultura: uma visão antropológica*. Tempo. Niterói, vol. 14, n. 28, p. 223-237, 2010.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra - Índios e Bandeirantes Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.

_____. (org). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Brasileiros: acervo das capitais*. São Paulo: Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1994b.

_____. *Tupis, Tapuias e Historiadores Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Campinas. UNICAMP, 2001. Tese de Livre Docência.

_____. “O Desafio da História Indígena no Brasil”. In: SILVA, Aracy Lopes da Silva; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.) *A Temática Indígena na Escola*. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Grau. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-228.

_____. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/>.

_____. *A Descoberta dos Índios*. D. O. Leitura, São Paulo, Ano 17 nº 1, p. 6-7, 1999.

_____. *Os Estudos sobre os Indígenas no Brasil*. Entrevistado por Pedro P. Funari (Doutor em Arqueologia/Professor da UNICAMP). São Paulo, 1/08/2011. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=g9ZkEV1i0SY.

_____. *A História dos Índios na América do Sul: convergências e divergências disciplinares*. Comunicação apresentada no Seminário de

Estudos de Antropologia e História Ameríndia, PUCRS, Porto Alegre, 2005.

_____. *Escravidão Indígena nas Américas*. Interpretações do Brasil: dos clássicos às novas abordagens. Entrevistado por IHU Online (Revista do Instituto Humanitas) Unisinos/RS. 12/3/2007. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=754&secao=211.

MOREIRA, Vânia L. “Usos do Passado: a questão quilombola entre a história, a memória e a política”. In: SOIHET, Rachel; ALMEIDA, M. R. Celestino de; AZEVEDO, Cecília; GONTIJO, Rebeca (org). *Mitos, Projetos e Práticas Políticas – Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 231-248.

OHMSTEDE, Antonio Escobar(coord.) *Los Pueblos Índios en los Tiempos de Benito Juárez (1847-1872)*. México, Universidad Autónoma “Benito Juárez” de Oaxaca, Universidad Autónoma Metropolitana, 2007.

PACHECO DE OLIVEIRA, João (org.). *A Viagem da Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999a.

_____. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999b.

PAIVA, Adriano Toledo Paiva. *Os Indígenas e os Processos de Conquista dos Sertões de Minas Gerais (1767-1813)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

POLONI-SIMARD, Jacques. *El Mosaico Indígena*. Quito: Abya-Ayala, 2006.

POMPA, Cristina. *Religião como Tradução* Missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil Colonial. Bauru/SP: Edusc, 2003.

RODRÍGUEZ, Pablo. “Testamentos de indígenas americanos, siglos XVI-XVII”, *Revista de História*. n. 154, São Paulo, USP, 2006.

SANTOS, Maria Cristina dos. *Potencialidades empíricas e desafios interpretativos do Guarani de Papel na academia*. Comunicação apresentada no Seminário de Estudos de Antropologia e História Ameríndia. Porto Alegre, PUCRS, 2005.

SCHWARTZ, Stuart; SALOMON, Frank (orgs.) *Cambridge History of Native Peoples of the Americas*. Cambridge, Cambridge University Press, 1999, v. 3, South America.

SCHWARTZ, Stuart; LANGFUR, Hal. "Tapanhuns, negros da terra e curibocas: causas comuns e confrontos entre negros e indígenas". *Afro-Ásia*. Salvador, v. 29/30, p. 13-40, 2003.

SIDER, Gerald. "Identity as History Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastern United States". *Identities Global Studies in Culture and Power*. New Hampshire. vol. 1 (1), p. 109-122, 1994.

SERULNIKOV, Sergio. *Representaciones, Prácticas, Acontecimientos. Apuntes sobre La Historia Política Andina*. Memoria Americana. Buenos Aires, v. 20, p. 89-110, 2012.

SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís D. Benzi (org.) *A Temática Indígena na Escola*. Novos Subsídios para Professores de 1º e 2º Graus. Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, Isabelle B Peixoto da. *Vilas de Índios no Ceará Grande – Dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

_____. *Identidade Étnica: uma investigação sobre o papel da cultura na sua constituição*. Ensaio para exame de qualificação de Doutorado, Campinas, UNICAMP, 1998. Inédito.

SILVA, Edson. "Confundidos com a massa da População: o esbulho das terras indígenas no Nordeste no século XIX". *Revista do Arquivo Público de Pernambuco*, n. 46, v. 42, p. 17-29, 1996.

SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da Cor. Identidade Étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

STERN, Steve. "Paradigms of Conquest: History, Historiography, and Politics" *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, v. 24, p.1-34, 1992.

TRIGGER, Bruce. "Ethnohistory: Problems and Perspectives" *Ethnohistory*. Texas, n. 29 (1) p. 1-19, 1982.

THOMPSON, E.P. *Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VIANNA, Larissa. *O Idioma da Mestiçagem*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.

WADE, Peter. "Rethinking Mestizaje: Ideology and Lived Experience". *Journal of Latin American Studies*. Cambridge, v. 37, p. 239-257, 2005.

WACHTEL, Nathan. "A Aculturação" In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro, F. Alves, 1988. p. 113-129.